Sumário

APRESENTAÇÃO **29**

DIREITO CONSTITUCIONAL **31**

1 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS **31**

1.1 LIBERDADE DE EXPRESSÃO 31

1.2 SIGILO BANCÁRIO 36

1.3 DIREITOS SOCIAIS 44

1.4 LEI 13.269/2016 E AUTORIZAÇÃO PARA O USO DA FOSFOETANOLAMINA SINTÉTICA 48

1.5 FORNECIMENTO DE VAGA EM CRECHE 50

1.6 DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 51

1.7 MANDADO DE INJUNÇÃO 56

1.8 NACIONALIDADE 57

2 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE **63**

2.1 LEGITIMIDADE PARA ADI/ADC E ASSOCIAÇÃO QUE ABRANJA APENAS FRAÇÃO DA CATEGORIA PROFISSIONAL 63

2.2 LEIS ORÇAMENTÁRIAS PODEM SER OBJETO DE ADI 64

2.3 REVOGAÇÃO DO ATO NORMATIVO QUE ESTAVA SENDO IMPUGNADO E REPETIÇÃO DE SEU CONTEÚDO 64

2.4 DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI E EFICÁCIA REPRISTINATÓRIA INDESEJADA 66

2.5 RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÕES PROFERIDAS EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RE 567.985/MT 69

2.6 CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO 71

3 COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS **75**

4 PODER LEGISLATIVO 81
4.1 CASO "BOLSONARO" 81
4.2 AFASTAMENTO DE DEPUTADO FEDERAL DO CARGO POR DECISÃO JUDICIAL 84
4.3 PROCESSO DE CASSAÇÃO DE MANDATO PARLAMENTAR E AUTOCONTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO 87
4.4 CPI 87
5 PROCESSO LEGISLATIVO 88
5.1 REQUISITOS PARA QUE SEJA VÁLIDA EMENDA PARLAMENTAR A PROJETOS DE LEI DE OUTROS PODERES 88
5.2 EMENDAS PARLAMENTARES EM PROJETOS DE LEI DE INICIATIVA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS 89
5.3 DISCUSSÃO QUANTO À INICIATIVA RESERVADA DO CHEFE DO EXECUTIVO E PROJETOS DE ORIGEM PARLAMENTAR 91
5.4 INCONSTITUCIONALIDADE DE EC INICIADA POR PARLAMENTAR SOBRE MATÉRIAS DO ART. 61, § 1º DA CF 93
5.5 MEDIDAS PROVISÓRIAS 93
6 TRIBUNAL DE CONTAS 95
6.1 REQUISITO PARA INTEGRAR TRIBUNAL DE CONTAS 95
6.2 AUDITORIA E DESNECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DO SERVIDOR INDIRETAMENTE AFETADO 97
6.3 PRAZO PARA O TCU EXIGIR COMPROVAÇÃO DA APLICAÇÃO DAS VERBAS EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL 98
6.4 NORMAS ESTADUAIS TRATANDO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS 99
7 PODER EXECUTIVO 102
7.1 IRRESPONSABILIDADE PENAL RELATIVA 102
7.2 DECISÃO DO STF QUE DEFINIU O RITO DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DILMA 103
7.3 ORDEM DE VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS FEDERAIS NA FASE DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 113
7.4 RÉU NÃO PODE ASSUMIR, COMO SUBSTITUTO, O CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA 116
7.5 COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DAS CONTAS DOS PREFEITOS E SUA REPERCUSSÃO NA INELEGIBILIDADE 119
8 PODER JUDICIÁRIO 123
8.1 CORTE DO ORÇAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO DURANTE A TRAMITAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA 123
8.2 DEVER DO PODER EXECUTIVO DE EFETUAR OS REPASSES DE DUODÉCIMO NA FORMA DO ART. 168 DA CF/88 126
8.3 MOMENTO DE COMPROVAÇÃO DOS TRÊS ANOS DE ATIVIDADE JURÍDICA NOS CONCURSOS DA MAGISTRATURA 129

8.4 LEI ESTADUAL QUE CONCEDE RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE SAÚDE A MAGISTRADOS 131
8.5 RESOLUÇÃO DE TJ QUE PERMITE A DESEMBARGADOR OCUPAR NOVAMENTE CARGO DE DIREÇÃO NO TRIBUNAL 132
8.6 FÉRIAS COLETIVAS PARA OS SERVIDORES 133
8.7 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 135

9 MINISTÉRIO PÚBLICO 138
9.1 MPF NÃO TEM ACESSO IRRESTRITO A TODOS OS RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA DA PF 138
9.2 ACESSO DO MPF A PROCEDIMENTOS DO TRIBUNAL DE ÉTICA DA OAB DEPENDE DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL 138
9.3 IMPOSSIBILIDADE DE O MEMBRO DO MP EXERCER CARGOS FORA DA INSTITUIÇÃO 140
9.4 CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENVOLVENDO MPE E MPF DEVE SER DIRIMIDO PELO PGR 145
9.5 LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PARA ATUAR NO STF E STJ . 150
9.6 COMPETÊNCIA PARA JULGAR MS CONTRA ATO DO CHEFE DO MPDFT 153
9.7 ILEGITIMIDADE DO MP PARA IMPETRAR MS QUESTIONANDO DECISÃO QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO 154
9.8 RECONDUÇÃO DO PGJ 154
9.9 DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR ELEITORAL 155
9.10 CNMP 156

10 DEFENSORIA PÚBLICA 157
10.1 CONSTITUCIONALIDADE DA EC 74/2013, QUE CONFERIU AUTONOMIA À DPU E À DPDF 157
10.2 INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI ESTADUAL QUE ATRIBUA AO GOVERNADOR COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS NA DP 162
10.3 GOVERNADOR NÃO PODE REDUZIR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA ELABORADA DE ACORDO COM A LDO 164
10.4 DEVER DO PODER EXECUTIVO DE EFETUAR OS REPASSES DE DUODÉCIMO NA FORMA DO ART. 168 DA CF/88 166
10.5 PARTICIPAÇÃO DA DEFENSORIA NA DISCUSSÃO DA LDO 166
10.6 INTIMAÇÃO PESSOAL 167
10.7 INTIMAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA QUANTO AO JULGAMENTO DO *HABEAS CORPUS* 168

11 ADVOCACIA PÚBLICA 168

12 TEMAS DIVERSOS 169
12.1 É INCONSTITUCIONAL A PRÁTICA DA VAQUEJADA 169
12.2 REQUISITOS PARA SER CHEFE DA POLÍCIA CIVIL 170

DIREITO ADMINISTRATIVO **171**

1 PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS **171**

1.1 AUTOTUTELA 171

1.2 INCLUSÃO DE ENTE FEDERATIVO NO CADASTRO FEDERAL DE INADIMPLÊNCIA E DEVIDO PROCESSO LEGAL 175

1.3 PRINCÍPIO DA INTRANSCENDÊNCIA E ATOS PRATICADOS PELAS GESTÕES ANTERIORES 176

1.4 NEPOTISMO 179

2 RESPONSABILIDADE CIVIL **180**

2.1 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO EM CASO DE MORTE DE DETENTO 180

2.2 INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS A ANISTIADO POLÍTICO 184

3 CONCURSOS PÚBLICOS **189**

3.1 POSSE EM CARGO PÚBLICO POR MENOR DE IDADE 189

3.2 RESTRIÇÃO A CANDIDATOS COM TATUAGEM 190

3.3 ABERTURA DE NOVO CERTAME LOGO DEPOIS DO PRIMEIRO CONCURSO EXPIRAR 192

3.4 OUTROS TEMAS 194

4 SERVIDORES PÚBLICOS **196**

4.1 ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS 196

4.2 RESTITUIÇÃO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE VALORES INDEVIDAMENTE CREDITADOS A SERVIDOR 198

4.3 JORNADA PARA SERVIDORES DA UNIÃO QUE TRABALHEM COM SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS 201

4.4 GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO 202

4.5 SERVIDORES TEMPORÁRIOS 207

4.6 INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE REQUISIÇÃO DE SERVIDORES FORMULADA PELA DPU 211

4.7 NORMA ESTADUAL QUE AMPLIA AS HIPÓTESES DO ART. 19 DO ADCT DA CF/88 212

4.8 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO E SERVIDORES INATIVOS 214

4.9 REVOGAÇÃO DE LEI DE AUMENTO SEM QUE TENHAM SE INICIADO SEUS EFEITOS FINANCEIROS 217

4.10 A QUESTÃO DOS 13,23% E AS SÚMULAS VINCULANTES 10 E 37 218

4.11 PENSÃO POR MORTE 221

4.12 APOSENTADORIA COMPULSÓRIA E CARGOS COMISSIONADOS 223

4.13 CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL PARA SERVENTUÁRIOS, NOTÁRIOS E REGISTRADORES 225

4.14 NOVIDADES LEGISLATIVAS ENVOLVENDO A LEI 8.112/90 228

5 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR **228**

5.1 NOÇÕES GERAIS 228

5.2 SINDICÂNCIA 229
5.3 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PROPRIAMENTE DITO (PAD) 230
5.4 OUTROS TEMAS SOBRE O JULGAMENTO DO PAD 235
5.5 MONITORAMENTO DE E-MAIL CORPORATIVO DE SERVIDOR PÚBLICO 237
5.6 PRESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA 239
5.7 INDEPENDÊNCIA DE INSTÂNCIAS 242
5.8 POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO IMEDIATA DE PENALIDADE IMPOSTA EM PAD 243
5.9 A SÚMULA VINCULANTE 5 CONTINUA VÁLIDA 243

6 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 246

6.1 NOÇÕES GERAIS 246
6.2 SUJEITOS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 248
6.3 ELEMENTO SUBJETIVO 252
6.4 COMPETÊNCIA 252
6.5 PROCEDIMENTO 256
6.6 INDISPONIBILIDADE DE BENS 258
6.7 PRAZO PRESCRICIONAL 263
6.8 SANÇÕES 266
6.9 OUTROS TEMAS 272

7 TEMAS DIVERSOS 274

7.1 REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA 274
7.2 EXPROPRIAÇÃO POR CULTIVO DE DROGAS É AFASTADA SOMENTE POR FALTA DE CULPA DO PROPRIETÁRIO 274
7.3 INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI ESTADUAL QUE EXIGE CERTIDÃO NÃO PREVISTA NA LEI 8.666/93 276
7.4 AMPLIAÇÃO NO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES (RDC) 278
7.5 PRAZO PRESCRICIONAL EM AÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO 278
7.6 CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1ºC DA LEI 9.494/97 281
7.7 PODER DE POLÍCIA 281
7.8 TERRENOS DE MARINHA E VENDA FEITA SEM PAGAMENTO DE LAUDÊMIO 284
7.9 PRECATÓRIOS, CONCEITO DE FAZENDA PÚBLICA E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA 286
7.10 CONSELHOS PROFISSIONAIS E LEI 12.514/2011 287
7.11 COMPETÊNCIA PARA FISCALIZAR A PRESENÇA DE FARMACÊUTICOS NAS FARMÁCIAS 288
7.12 RETENÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SOBRE DIFERENÇA DE VALORES DE REPASSE AO FUNDEF 289

7.13 INSCRIÇÃO NA OAB DE GRADUADO EM CURSO DE DIREITO NÃO RECONHECIDO PELO MEC 289
7.14 AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E LEI ESTADUAL DISPONDO SOBRE ESCRITÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA 290
7.15 APLICAÇÃO DE MULTA POR EXCESSO DE VELOCIDADE PELO DNIT 292
7.16 DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR 293

DIREITO ELEITORAL 295

1 COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DAS CONTAS DOS PREFEITOS E SUA REPERCUSSÃO NA INELEGIBILIDADE 295

2 PARTIDOS POLÍTICOS, FIDELIDADE PARTIDÁRIA E EC 91/2016 295

3 PROPAGANDA ELEITORAL 297

3.1 CONSTITUCIONALIDADE DAS NOVAS REGRAS SOBRE OS DEBATES ELEITORAIS (ART. 46 DA LEI Nº 9.504/97) 297
3.2 CONSTITUCIONALIDADE DAS NOVAS REGRAS SOBRE TEMPO DE PROPAGANDA ELEITORAL GRATUITA (ART. 47, § 2º, DA LEI Nº 9.504/97) 301

4 AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR GASTOS DECORRENTES DE ELEIÇÃO SUPLEMENTAR 303

5 DESOBEDIÊNCIA ELEITORAL 304

6 MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL 305

6.1 NOÇÕES GERAIS SOBRE O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL 305
6.2 CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 79 DA LC 75/93 307

DIREITO CIVIL 309

1 DIREITOS DA PERSONALIDADE 309

1.1 NOME 309
1.2 INTERDIÇÃO 310
1.3 ENSINO PRIVADO E ACESSO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 313

2 BEM DE FAMÍLIA 313

2.1 NOÇÕES GERAIS 313
2.2 IMPENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA ALUGADO 314
2.3 IMPENHORABILIDADE DO IMÓVEL EM NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA, MAS NO QUAL RESIDE O SÓCIO 315
2.4 PENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA DADO EM HIPOTECA NÃO REGISTRADA 316
2.5 BEM ADQUIRIDO COM PRODUTO DE CRIME E SENTENÇA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE 317

3 PRESCRIÇÃO 319

4 OBRIGAÇÕES 321
4.1 FORÇA MAIOR 321
4.2 ARRAS 323
4.3 COBRANÇA JUDICIAL DE DÍVIDA JÁ PAGA 326
5 RESPONSABILIDADE CIVIL 328
5.1 RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS POR ACIDENTE CAUSADO POR FILHO MENOR 328
5.2 RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA POR DESVIOS PRATICADOS POR GERENTE 330
5.3 DANOS CAUSADOS POR CAMINHÃO ACOPLADO A SEMIRREBOQUE 331
5.4 ABUSO DE DIREITO EM AÇÃO PROPOSTA POR TERCEIRO PARA IMPEDIR QUE MULHER REALIZE ABORTO 333
5.5 RESPONSABILIDADE DO PROVEDOR DE PESQUISA 336
5.6 RESPONSABILIDADE CIVIL DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES É SUBJETIVA (LEI 13.286/2016) 340
5.7 TERMO FINAL DE PENSÃO MENSAL POR ATO ILÍCITO COM RESULTADO MORTE 340
5.8 TERMO INICIAL DE JUROS MORATÓRIOS E PENSÃO MENSAL POR RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL 341
5.9 DPVAT 343
6 CONTRATOS 350
6.1 NOÇÕES GERAIS 350
6.2 COMPRA E VENDA 356
6.3 CONTRATO DE SEGURO 360
6.4 LOCAÇÃO 366
6.5 ARBITRAGEM 374
6.6 ARRENDAMENTO RURAL 378
6.7 OUTROS CONTRATOS 383
6.8 SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO 386
7 PROPRIEDADE INTELECTUAL 392
7.1 DIREITOS AUTORAIS E A LEI 12.853/2013 392
7.2 DIREITOS AUTORAIS E FESTA JUNINA PROMOVIDA POR ESCOLA COM FINS DIDÁTICOS E SEM LUCRO 399
7.3 DIREITOS AUTORAIS E FESTA DO MUNICÍPIO EXECUTADA POR EMPRESA CONTRATADA MEDIANTE LICITAÇÃO 401
8 DIREITOS REAIS 403
8.1 *TIME-SHARING* (MULTIPROPRIEDADE) 403
8.2 CONDOMÍNIO 405
8.3 USUCAPIÃO 410
8.4 ACESSÃO 412

8.5 POSSE 414
8.6 PROMESSA DE COMPRA E VENDA 417
8.7 ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA 419
8.8 DIREITOS DE VIZINHANÇA 430
8.9 INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA 433

9 CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL 435

9.1 COMUNHÃO PARCIAL E IMPOSSIBILIDADE DE MEAÇÃO DO FGTS DEPOSITADO ANTES DO CASAMENTO 435
9.2 PARTILHA DE QUOTAS DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS EM CASO DE SEPARAÇÃO/DIVÓRCIO 438
9.3 PARTILHA DE LUCROS DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA E RECURSOS DEPOSITADOS EM CONTA DE RESERVA 440

10 PARENTESCO 441

10.1 RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA *POST MORTEM* 441
10.2 LEGITIMIDADE PARA A AÇÃO DECLARATÓRIA DE PARENTESCO SOCIOAFETIVO 443
10.3 FILIAÇÃO BIOLÓGICA PREVALECE SOBRE A PRESUNÇÃO LEGAL DE PATERNIDADE 444
10.4 ADOÇÃO À BRASILEIRA E PLURIPARENTALIDADE 445
10.5 LEGITIMIDADE DA VIÚVA PARA IMPUGNAR AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE *POST MORTEM* 451
10.6 EXTENSÃO DOS EFEITOS DE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADA QUE RECONHECE PARENTESCO 454

11 ALIMENTOS 456

11.1 INEXISTÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA DO DEVER DE ALIMENTAR 456
11.2 NÃO É INDISPENSÁVEL A PRESENÇA DO ADVOGADO NO ACORDO DE ALIMENTOS 457
11.3 PRISÃO CIVIL E DEVEDOR DESEMPREGADO 459
11.4 PROTESTO E INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR DE ALIMENTOS EM CADASTROS DE INADIMPLENTES 459
11.5 SE O PAI EM DÉBITO COM A PENSÃO PASSA A TER A GUARDA, A DÍVIDA DEIXA DE EXISTIR? 461
11.6 PRAZO PRESCRICIONAL PARA REEMBOLSO DE DESPESAS FEITAS PELA MÃE NA AUSÊNCIA DO PAI DEVEDOR 462

12 SUCESSÕES 463

12.1 PEDIDO DE ABERTURA DE INVENTÁRIO E ACEITAÇÃO TÁCITA DA HERANÇA 463
12.2 HERANÇA DE BEM GRAVADO COM CLÁUSULA DE INCOMUNICABILIDADE 465
12.3 RECONHECIMENTO PÓSTUMO DA PATERNIDADE E TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO DA PETIÇÃO DE HERANÇA 466

12.4 ILEGITIMIDADE DA VIÚVA MEEIRA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DE PETIÇÃO DE HERANÇA 467
12.5 HERDEIRO TESTAMENTÁRIO PODE SUCEDER AUTOR DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE COM NULIDADE DE PARTILHA 469

DIREITO DO CONSUMIDOR 471

1 RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO 471
1.1 SAQUE INDEVIDO EM CONTA BANCÁRIA E DANO MORAL 471
1.2 AUSÊNCIA DE DANO MORAL "IN RE IPSA" PELA MERA INCLUSÃO DE VALOR INDEVIDO NA FATURA DE CARTÃO DE CRÉDITO 473
1.3 RESPONSABILIDADE CIVIL E BANCO POSTAL 474

2 RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO 477

3 PLANO DE SAÚDE 481
3.1 NÃO SE APLICA O CDC AO CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE ADMINISTRADO POR ENTIDADE DE AUTOGESTÃO 481
3.2 REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS REALIZADAS EM HOSPITAL NÃO CONVENIADO AO PLANO 483
3.3 PLANO DE SAÚDE QUE INDEFERE PROCEDIMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES SOLICITADOS POR MÉDICOS NÃO CREDENCIADOS 485
3.4 PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO NEONATO DURANTE OS TRINTA PRIMEIROS DIAS APÓS O SEU NASCIMENTO 487
3.5 QUANDO HOSPITAL CREDENCIADO NÃO PRESTAR DETERMINADO SERVIÇO, O PLANO DEVERÁ INFORMAR A RESTRIÇÃO 488
3.6 NULIDADE DE CLÁUSULA DE RENÚNCIA À ENTREVISTA QUALIFICADA PARA CONTRATAR PLANO DE SAÚDE 489
3.7 CLÁUSULA DE REMISSÃO DE PLANO DE SAÚDE 491
3.8 VALIDADE DA CLÁUSULA DE COPARTICIPAÇÃO 492
3.9 DIREITO DE O EX-EMPREGADO CONTINUAR BENEFICIÁRIO EM PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL 494
3.10 MIGRAÇÃO DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL PARA PLANO INDIVIDUAL E PREÇO DA MENSALIDADE 496
3.11 PORTABILIDADE ESPECIAL DE CARÊNCIAS 498
3.12 NULIDADE DE CLÁUSULA DE REAJUSTE E PRAZO PRESCRICIONAL 500

4 DISCUSSÃO SOBRE CLÁUSULAS ABUSIVAS 503
4.1 INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E CLÁUSULAS DE COMISSÃO DE CORRETAGEM E DE SATI 503
4.2 DESCONTO DE PONTUALIDADE EM CONTRATOS DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS 510
4.3 RESPONSABILIZAÇÃO DE CONSUMIDOR POR PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EXTRAJUDICIAIS 512

4.4 NECESSIDADE DE FILIAÇÃO À ENTIDADE ABERTA DE PREVIDÊNCIA PARA CONTRATAR EMPRÉSTIMO 513

5 BANCOS DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES 514

5.1 PRAZO MÁXIMO QUE O NOME DO CONSUMIDOR PODE PERMANECER NEGATIVADO 514

5.2 SÚMULA 385-STJ APLICA-SE TAMBÉM A AÇÕES PROPOSTAS CONTRA O CREDOR QUE EFETIVOU A INSCRIÇÃO IRREGULAR 515

5.3 CADASTRO DE EMITENTES DE CHEQUES SEM FUNDOS 517

5.4 REQUISITOS PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS RELATIVOS AO *CREDISCORE* 519

6 OUTROS TEMAS 520

6.1 APLICAÇÃO DO CDC EM AÇÃO DE CONDOMÍNIO CONTRA CONSTRUTORA NA DEFESA DOS CONDÔMINOS 520

6.2 APLICAÇÃO DO CDC E ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR 522

6.3 É INAPLICÁVEL O CDC AO CONTRATO DE FRANQUIA 525

6.4 INSTITUIÇÃO QUE NEGA MATRÍCULA DO APROVADO EM VESTIBULAR EM DECORRÊNCIA DE DÉBITOS RELATIVOS A OUTRO CURSO 525

6.5 CANCELAMENTO DE VOOS SEM RAZÕES TÉCNICAS OU DE SEGURANÇA É PRÁTICA ABUSIVA 528

6.6 LEI 13.294/2016 OBRIGA BANCOS A FORNECEREM RECIBO DE QUITAÇÃO DOS DÉBITOS 530

6.7 COMPETÊNCIA INTERNACIONAL E RELAÇÃO DE CONSUMO 531

6.8 DENUNCIADO NÃO PODERÁ INVOCAR PROIBIÇÃO DE DENUNCIAÇÃO DA LIDE PREVISTA NO ART. 88 DO CDC 532

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL 535

1 REGIME JURÍDICO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES 535

1.1 RESPONSABILIDADE CIVIL DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES 535

1.2 INCONSTITUCIONALIDADE DE PERMUTA DE SERVENTIA SEM CONCURSO PÚBLICO APÓS A CF/88 538

1.3 CONCURSO PÚBLICO E IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA DA RESOLUÇÃO 187/2014 CNJ 540

1.4 VALOR RELATIVO À INSCRIÇÃO DE CÉDULA DE CRÉDITO RURAL É FIXADO EM LEI ESTADUAL 542

2 PROCEDIMENTO DE DÚVIDA 543

3 PROTESTO 547

3.1 PROTESTO DE CDA 547

3.2 INTIMAÇÃO POR EDITAL E NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR 547

3.3 LOCAL ONDE DEVERÁ SER REALIZADO PROTESTO DE CÉDULA BANCÁRIA GARANTIDA POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA 549

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 551

1 APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL 551

2 REMISSÃO 554

3 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS 557

3.1 NOÇÕES GERAIS 557

3.2 IMPOSSIBILIDADE DE PRIVAÇÃO DA LIBERDADE PELA PRÁTICA DO ART. 28 DA LEI DE DROGAS 559

3.3 INTERNAÇÃO E GRAVIDADE ABSTRATA DO ATO INFRACIONAL 560

3.4 INTERNAÇÃO NO CASO DE REITERAÇÃO DE ATOS INFRACIONAIS GRAVES 560

4 CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS 561

4.1 CUMPRIMENTO IMEDIATO DA INTERNAÇÃO FIXADA NA SENTENÇA AINDA QUE TENHA HAVIDO RECURSO 561

4.2 RELATIVIZAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ART. 49, II, DO SINASE 563

5 OUTROS TEMAS 565

5.1 ADOÇÃO 565

5.2 BUSCA E APREENSÃO DE CRIANÇA E MANEJO DE *HABEAS CORPUS* CONTRA A DECISÃO 566

5.3 CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO 566

5.4 MENOR SOB GUARDA É DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS 567

5.5 ATENDIMENTO EM CRECHE E PRÉ-ESCOLA VAI ATÉ OS CINCO ANOS 567

5.6 LEI DA PRIMEIRA INFÂNCIA 567

DIREITO EMPRESARIAL 569

1 PROPRIEDADE INDUSTRIAL 569

1.1 TERMO INICIAL PARA O PAGAMENTO DA RETRIBUIÇÃO QUINQUENAL (ART. 120 DA LEI 9.279/96) 569

1.2 TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL DE AÇÃO DE ABSTENÇÃO DE USO DE MARCA 570

1.3 AÇÃO DE NULIDADE DE REGISTRO DE MARCA 571

2 SOCIEDADES EMPRESÁRIAS 575

2.1 EXCLUSÃO DE SÓCIO MINORITÁRIO, QUÓRUM DELIBERATIVO E PRAZO PARA ANULAÇÃO DA ASSEMBLEIA 575

2.2 INEXISTÊNCIA DE LIQUIDANTE EM DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA 577

2.3 TEMAS DIVERSOS 579

3 CONTRATOS EMPRESARIAIS 582
3.1 VEDAÇÃO DE REPASSE AO SACADO DE DESPESAS COM EMISSÃO DE BOLETO BANCÁRIO 582
3.2 ARRENDAMENTO MERCANTIL 583
3.3 CONTRATOS BANCÁRIOS 587
3.4 CONTRATO DE FRANQUIA 591
3.5 CONTRATO DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO EM *SHOPPING CENTER* 594
3.6 PRAZO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO DE MERCADORIA EM CONTÊINER 600
4 TÍTULOS DE CRÉDITO 601
4.1 CHEQUE 601
4.2 NOTA PROMISSÓRIA 611
4.3 DUPLICATA 612
4.4 CÉDULA DE CRÉDITO RURAL 618
4.5 PROTESTO 620
5 FALÊNCIA 621
5.1 NOÇÕES GERAIS 621
5.2 ADMINISTRADOR JUDICIAL 623
5.3 RECUPERAÇÃO JUDICIAL 624
5.4 LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL 635
6 DIREITO ECONÔMICO 636

DIREITO AMBIENTAL 643

1 PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E CAMPO ELETROMAGNÉTICO 643
1.1 LEGITIMIDADE DOS LIMITES FIXADOS PELA LEI 11.934/2009 643
2 É INCONSTITUCIONAL A PRÁTICA DA VAQUEJADA 646
3 CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA E PREJUÍZO AOS PESCADORES ARTESANAIS DO LOCAL 650

DIREITO PROCESSUAL CIVIL 653

1 COMPETÊNCIA 653
1.1 COMPETÊNCIA INTERNACIONAL E RELAÇÃO DE CONSUMO 653
1.2 COMPETÊNCIAS DA JUSTIÇA FEDERAL X COMPETÊNCIAS DA JUSTIÇA ESTADUAL 654
1.3 AÇÃO PROPOSTA POR SERVIDOR QUE INGRESSOU CELETISTA ANTES DA CF E DEPOIS SE TORNOU ESTATUTÁRIO 661
1.4 DEMANDA INDENIZATÓRIA POR USO DE IMAGEM DE JOGADOR DE FUTEBOL 665

1.5 DEVER DE REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO COMPETENTE E PROCESSO ELETRÔNICO 665
1.6 MS CONTRA ATO DO CHEFE DO MPDFT 667
1.7 COMPETÊNCIAS DO STF 668

2 PROCEDIMENTO 670
2.1 JUSTIÇA GRATUITA 670
2.2 INTIMAÇÃO 675
2.3 REVELIA 676
2.4 SUSPEIÇÃO POR MOTIVO SUPERVENIENTE NÃO ANULA ATOS PROCESSUAIS ANTERIORES 678
2.5 LEI 13.363/2016 679

3 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 680

4 OUTROS TEMAS 689
4.1 FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS 689
4.2 DESCONSIDERAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO LAUDO PERICIAL COM BASE EM OUTRAS PROVAS 691
4.3 POSSIBILIDADE DE O DEPOSITÁRIO JUDICIAL EXERCER DIREITO DE RETENÇÃO 692
4.4 LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA 693

5 AÇÃO RESCISÓRIA E RECLAMAÇÃO 695
5.1 NOÇÕES GERAIS SOBRE AÇÃO RESCISÓRIA 695
5.2 PRAZO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA 696
5.3 IMPOSSIBILIDADE DE RELATIVIZAR COISA JULGADA FUNDADA EM LEI CUJA NÃO RECEPÇÃO PELA CF/88 FOI DECLARADA PELO STF 696
5.4 AÇÃO PROPOSTA PARA ANULAR ACORDO COM A FAZENDA PÚBLICA HOMOLOGADO JUDICIALMENTE 698
5.5 RECLAMAÇÃO 699

6 RECURSOS 703
6.1 NOÇÕES GERAIS 703
6.2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 712
6.3 AGRAVO DE INSTRUMENTO 717
6.4 RECURSO EXTRAORDINÁRIO 722
6.5 RECURSO ESPECIAL 729
6.6 AGRAVO INTERNO 733

7 EXECUÇÃO 734
7.1 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 734
7.2 SENTENÇA DE QUALQUER NATUREZA PODE SER TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL 736
7.3 INEXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO FUNDADA EM LEI NÃO RECEPCIONADA PELA CONSTITUIÇÃO 738

7.4 PENHORA 740
7.5 CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 741 DO CPC 1973 744
7.6 ADJUDICAÇÃO 747
7.7 COMPETÊNCIA PARA CANCELAR GRAVAME EM MATRÍCULA DE IMÓVEL ARREMATADO 749
7.8 APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 774, IV, DO CPC 2015 É RESTRITA AO PROCESSO DE EXECUÇÃO 750
7.9 PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE 751
7.10 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 753

8 EXECUÇÃO FISCAL 756
8.1 PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL 756
8.2 COMPETÊNCIA 763
8.3 REDIRECIONAMENTO 765
8.4 REQUISITOS PARA A DECRETAÇÃO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS E DIREITOS 768
8.5 ENCARGO DO ART. 1º DO DL 1.025/69 769
8.6 ART. 20 DA LEI 10.522/2002 771

9 MANDADO DE SEGURANÇA 772
9.1 INVIABILIDADE DO MS PARA AFERIR CRITÉRIOS UTILIZADOS PELO TCU NA ANÁLISE DE SUPERFATURAMENTO 772
9.2 PRAZO DECADENCIAL PARA IMPETRAR MS CONTRA REDUÇÃO DE VANTAGEM DE SERVIDOR 772
9.3 EFEITOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO DE MS CONTRA ATO DE REDUÇÃO DE VANTAGEM DE SERVIDOR 775
9.4 PARCELAS DEVIDAS ENTRE IMPETRAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DEVEM SER PAGAS POR PRECATÓRIO 777
9.5 MS CONTRA MINISTRO QUE NÃO PAGOU VALORES ATRASADOS A ANISTIADO POLÍTICO 778
9.6 SUSTENTAÇÃO ORAL 779

10 PROCESSO COLETIVO 780
10.1 INQUÉRITO CIVIL 780
10.2 DEMONSTRAÇÃO DE MOTIVOS PARA LITISCONSÓRCIO ATIVO ENTRE O MPE E O MPF 781
10.3 ACP ENVOLVENDO INFORMAÇÕES SOBRE PRODUTOS COM GLÚTEN E DISPENSA DA PRÉ-CONSTITUIÇÃO 782
10.4 LEGITIMIDADE ATIVA DE ASSOCIAÇÃO PARA DEFENDER OS INTERESSES DE SEUS FILIADOS 783
10.5 CABE ACP COM O OBJETIVO DE PROIBIR TRÁFICO DE VEÍCULOS PESADOS NO MUNICÍPIO 786
10.6 IMPOSSIBILIDADE DE REPROPOSITURA DE AÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS JULGADA IMPROCEDENTE 787

10.7 EXTENSÃO DOS EFEITOS DE COISA JULGADA COLETIVA A AUTORES DE AÇÕES INDIVIDUAIS NÃO SUSPENSAS 790
10.8 TERMO *A QUO* DO PRAZO PRESCRICIONAL DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS DE SENTENÇA COLETIVA 792

11 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS 793
11.1 AÇÃO EXIBITÓRIA 793
11.2 AÇÃO MONITÓRIA 794
11.3 AÇÃO DEMARCATÓRIA 801
11.4 AÇÃO DE EXIGIR CONTAS 802

DIREITO PENAL 803

1 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA 803
1.1 CRIMES NOS QUAIS A JURISPRUDÊNCIA *RECONHECE* A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO 809
1.2 CRIMES NOS QUAIS A JURISPRUDÊNCIA *REJEITA* A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO 815
1.3 CRIMES NOS QUAIS EXISTE *DIVERGÊNCIA* NA JURISPRUDÊNCIA 819

2 APLICAÇÃO DA PENA 821
2.1 JULGADOS SOBRE AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS 821
2.2 JULGADOS SOBRE AGRAVANTES E ATENUANTES 824
2.3 IMPOSSIBILIDADE DE RECONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE A PEDIDO DO CONDENADO 832

3 PRESCRIÇÃO 832

4 CRIMES CONTRA A VIDA E LESÕES CORPORAIS 834
4.1 HOMICÍDIO (ART. 121) 834
4.2 ABORTO 837
4.3 LESÃO CORPORAL 843

5 CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 845
5.1 FURTO 845
5.2 ROUBO 848
5.3 EXTORSÃO 850
5.4 APROPRIAÇÃO INDÉBITA 851
5.5 ESTELIONATO 852

6 CRIMES CONTRA A HONRA 853

7 CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL 855

8 CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 858
8.1 PECULATO 858
8.2 DESOBEDIÊNCIA 864

8.3 DESACATO 865
8.4 DESCAMINHO 867
8.5 CONTRABANDO 870
8.6 DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA 871
8.7 PROSTITUTA QUE FICA COM BEM DO CLIENTE E EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES 873
8.8 OUTROS TEMAS 875

9 OUTROS CRIMES DO CÓDIGO PENAL 876
9.1 TRÁFICO DE PESSOAS 876
9.2 CRIME DE VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL 877
9.3 CRIME DO ART. 273 DO CP 880
9.4 EXERCÍCIO ILEGAL DA MEDICINA (ART. 282) 882
9.5 INCITAÇÃO AO CRIME 884
9.6 FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO 885

10 CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL 887
10.1 NOÇÕES GERAIS 887
10.2 GESTÃO FRAUDULENTA E GESTÃO TEMERÁRIA (ART. 4º) 888
10.3 EMISSÃO, OFERECIMENTO OU NEGOCIAÇÃO IRREGULAR DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS (ART. 7º) 892
10.4 EVASÃO DE DIVISAS 893
10.5 REGULARIZAÇÃO DE RECURSOS, BENS OU DIREITOS REMETIDOS OU MANTIDOS NO EXTERIOR DE FORMA ILEGAL 901

11 CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA 902
11.1 INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR ANTES DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 902
11.2 TIPICIDADE DA OMISSÃO NA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO AO FISCO 903
11.3 EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PELA PRESCRIÇÃO NÃO INFLUENCIA NA AÇÃO PENAL 905

12 CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI 9.503/97) 908

13 ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/2003) 912
13.1 POSSE OU PORTE APENAS DA MUNIÇÃO CONFIGURA CRIME 912
13.2 PORTE DE ARMA DE FOGO POR VIGIA APÓS O HORÁRIO DE EXPEDIENTE 913
13.3 USO DE MUNIÇÃO COMO PINGENTE E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA 914
13.4 ARMAS DE FOGO APREENDIDAS 915

14 LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006) 917

15 LEI DE DROGAS (LEI 11.343/2006) 918

15.1 PRESENÇA DE CANABINOIDES E AUSÊNCIA DE THC NA SUBSTÂNCIA CLASSIFICADA COMO MACONHA 918
15.2 FALTA DE LAUDO PERICIAL DEFINITIVO PODE SER SUPRIDA NA COMPROVAÇÃO DE TRÁFICO 920
15.3 PUREZA DA DROGA É IRRELEVANTE NA DOSIMETRIA DA PENA 921
15.4 TRÁFICO COMETIDO NAS DEPENDÊNCIAS DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL E *BIS IN IDEM* 921
15.5 INTERESTADUALIDADE E INTENÇÃO DE PULVERIZAR A DROGA EM MAIS DE UM ESTADO 922
15.6 CAUSA DE AUMENTO DE PENA DO ART. 40, VI 924
15.7 MINORANTE DO § 4º DO ART. 33 DA LD 926
15.8 ASPECTOS RELACIONADOS AO REGIME INICIAL DE PENA 932

16 OUTROS TEMAS DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE 937
16.1 USO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA (ART. 27-D DA LEI 6.385/76) 937
16.2 RACISMO 940
16.3 CRIMES PREVISTOS NO ECA 944
16.4 CRIMES HEDIONDOS 946
16.5 LEI DE SEGURANÇA NACIONAL 948
16.6 CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO (LEI 8.137/90) 949
16.7 CRIMES CONTRA A LEI DE LICITAÇÕES (LEI 8.666/93) 950
16.8 LEI DE TORTURA 952
16.9 ATIVIDADE CLANDESTINA DE TELECOMUNICAÇÕES (LEI 9.472/97) 953
16.10 CRIMES AMBIENTAIS (LEI 9.605/98) 954
16.11 LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI 9.613/98) 956
16.12 LEI ANTITERRORISMO 957

DIREITO PROCESSUAL PENAL 959

1 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL 959
1.1 DENÚNCIA ANÔNIMA 959
1.2 NÃO CABIMENTO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO PENAL POR IRREGULARIDADE NO IP 961
1.3 TRAMITAÇÃO DIRETA DE INQUÉRITO POLICIAL ENTRE A POLÍCIA FEDERAL E O MPF 963
1.4 CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENVOLVENDO MPE E MPF DEVE SER DIRIMIDO PELO PGR 966
1.5 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL ENVOLVENDO AUTORIDADES COM FORO PRIVATIVO NO STF 966
1.6 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL ENVOLVENDO AUTORIDADES COM FORO PRIVATIVO EM OUTROS TRIBUNAIS 967

1.7 INDICIAMENTO ENVOLVENDO AUTORIDADES COM FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO 968
1.8 *NOTITIA CRIMINIS* 969
1.9 CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL 969
1.10 PARTICIPAÇÃO DO ADVOGADO NO INTERROGATÓRIO E DEPOIMENTOS REALIZADOS NA INVESTIGAÇÃO 974

2 AÇÃO PENAL 974
2.1 DENÚNCIA E CRIMES SOCIETÁRIOS 974
2.2 PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE DA AÇÃO PENAL PRIVADA 976
2.3 REJEIÇÃO DA QUEIXA-CRIME EM CASO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA JUSTA CAUSA 978
2.4 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS EM AÇÃO PENAL PRIVADA EXTINTA SEM JULGAMENTO DE MÉRITO 979

3 COMPETÊNCIA 980
3.1 JUSTIÇA FEDERAL X JUSTIÇA ESTADUAL 980
3.2 FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO 982

4 PRISÃO E LIBERDADE 986
4.1 ATOS INFRACIONAIS PRETÉRITOS PODEM SER UTILIZADOS PARA PRISÃO PREVENTIVA? 986
4.2 NOVAS HIPÓTESES DE PRISÃO DOMICILIAR TRAZIDAS PELO MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA (LEI Nº 13.257/2016) 988
4.3 PRISÃO DE ADVOGADO EM SALA DE ESTADO MAIOR 990

5 PROVAS 992
5.1 PROVA EMPRESTADA 992
5.2 BUSCA PESSOAL EM VEÍCULO 992
5.3 ACESSO A CONVERSAS DO *WHATSAPP* 994
5.4 INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA 998
5.5 SIGILO BANCÁRIO 1003
5.6 OUTROS TEMAS 1006

6 PROCEDIMENTO 1012
6.1 CITAÇÃO POR HORA CERTA É CONSTITUCIONAL 1012
6.2 INTIMAÇÃO DO MP PARA COMPLEMENTAR A DENÚNCIA APRESENTANDO O ROL DE TESTEMUNHAS 1016
6.3 PROCEDIMENTO PREVISTO NA LEI 8.038/90 1017
6.4 *AMICUS CURIAE* 1021
6.5 SEGREDO DE JUSTIÇA E NOME DO RÉU NO *SITE* DA JUSTIÇA 1021
6.6 IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO QUE DECRETA MEDIDA ASSECURATÓRIA DO ART. 4º DA LEI DE LAVAGEM 1023

7 TRIBUNAL DO JÚRI 1023

7.1 REEXAME NECESSÁRIO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA LEI 11.689/2008 1023
7.2 EXTENSÃO DE DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO ADOTADA POR JÚRI EM FAVOR DE CORRÉU 1025

8 TEMAS DIVERSOS 1027

8.1 ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO 1027
8.2 INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL E RECUSA DO RÉU EM PARTICIPAR 1029
8.3 AÇÃO CIVIL *EX DELICTO*, ILEGITIMIDADE DO MP E NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DA DEFENSORIA 1030
8.4 IMPEDIMENTO 1033
8.5 SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO 1034
8.6 COLABORAÇÃO PREMIADA 1040
8.7 FIXAÇÃO DO VALOR MÍNIMO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS 1043

9 NULIDADES 1046

9.1 USO DE ALGEMAS 1046
9.2 FALTA DE CITAÇÃO DO RÉU E PARTICIPAÇÃO DO ADVOGADO QUE ATUOU NO INQUÉRITO 1050
9.3 PESSOA OUVIDA COMO TESTEMUNHA E POSTERIORMENTE DENUNCIADA COMO RÉ 1052
9.4 DESIGNAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO E PRINCÍPIO DO DEFENSOR PÚBLICO NATURAL 1052
9.5 INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS PELO MAGISTRADO E AUSÊNCIA DO MP NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO 1054
9.6 NULIDADE DA INTIMAÇÃO POR EDITAL DE RÉU PRESO 1055
9.7 INEXIGIBILIDADE DE TERMO DE RECURSO OU DE RENÚNCIA NA INTIMAÇÃO PESSOAL DO ACUSADO 1056
9.8 AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA DEFENSORIA DEVE SER ALEGADA NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE 1057
9.9 INTIMAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA QUANTO AO JULGAMENTO DO *HABEAS CORPUS* 1059
9.10 ADVOGADO CONSTITUÍDO QUE, MESMO INTIMADO, NÃO APRESENTA CONTRARRAZÕES 1060
9.11 JUIZ NATURAL E JULGAMENTO POR ÓRGÃO COLEGIADO FORMADO POR JUÍZES CONVOCADOS 1060

10 RECURSOS 1061

10.1 IMPOSSIBILIDADE DE REFORMA DA SENTENÇA DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA PARA CONDENAR O RÉU 1061
10.2 CORREÇÃO DE EQUÍVOCO ARITMÉTICO E AUMENTO DA PENA EM RECURSO DA DEFESA 1063
10.3 OMISSÃO DA PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO QUANTO AOS CAPÍTULOS DA SENTENÇA IMPUGNADOS 1063

10.4 PRAZO DO AGRAVO CONTRA DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NEGA SEGUIMENTO AO RE 1065
10.5 AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR NO STF/STJ E O NOVO CPC 1067
10.6 DEMORA NO JULGAMENTO DO RECURSO PELO STJ E *HABEAS CORPUS* NO STF 1068
10.7 EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA 1069

11 *HABEAS CORPUS* E REVISÃO CRIMINAL 1078
11.1 HC E MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA 1078
11.2 HC E DISCUSSÃO SOBRE DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE EM HOMICÍDIO NO TRÂNSITO 1078
11.3 HC NÃO É MEIO PROCESSUAL ADEQUADO PARA SE DISCUTIR DIREITO DE VISITA A PRESO 1078
11.4 NÃO CABIMENTO DE HC CONTRA ATO DE MINISTRO DO STF 1079
11.5 NÃO CABIMENTO DE HC PARA TRANCAR *IMPEACHMENT* 1079
11.6 NULIDADE CUJO TEMA NÃO FOI TRAZIDO ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO. 1080
11.7 RECURSOS EM PROCESSOS DE HC 1082
11.8 REVISÃO CRIMINAL 1083
11.9 INDENIZAÇÃO POR ERRO JUDICIÁRIO DECORRENTE DE APLICAÇÃO EQUIVOCADA DE REINCIDÊNCIA 1087

12 EXECUÇÃO PENAL 1090
12.1 GUIA DE RECOLHIMENTO E COMPETÊNCIA PARA EXPEDI-LA EM AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA 1090
12.2 FALTA DE VAGAS NOS REGIMES SEMIABERTO E ABERTO E CUMPRIMENTO DA PENA 1091
12.3 SAÍDA TEMPORÁRIA 1098
12.4 CUMPRIMENTO DA PENA DE MULTA, PROGRESSÃO E REGRESSÃO DE REGIME 1105
12.5 CONDENADO TEM DIREITO À PROGRESSÃO A PARTIR DA DATA EM QUE PREENCHE REQUISITOS LEGAIS 1107
12.6 PROGRESSÃO DE REGIME E CONDENADO QUE CUMPRE PENA EM PRESÍDIO FEDERAL 1108
12.7 CONDENADO QUE PRATICA FATO DEFINIDO COMO CRIME DOLOSO E REGRESSÃO DE REGIME 1110
12.8 REMIÇÃO DE PENA 1111
12.9 MEDIDA DE SEGURANÇA IMPOSTA EM DECORRÊNCIA DE UM FATO E PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM RAZÃO DE OUTRO CRIME 1115
12.10 INDULTO 1118

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR 1125

1 COMPETÊNCIA 1125

2 CONFISSÃO **1131**

3 PRESCRIÇÃO **1132**

4 PROCEDIMENTO **1133**

5 RECURSOS **1136**

DIREITO TRIBUTÁRIO **1137**

1 RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA **1137**

1.1 LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO 1137

1.2 SUCESSÃO EMPRESARIAL 1141

1.3 DENÚNCIA ESPONTÂNEA 1146

2 TEMAS DIVERSOS **1150**

2.1 TAXA 1150

2.2 EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DAÇÃO EM PAGAMENTO 1151

2.3 PROTESTO DE CDA 1153

2.4 INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 8.866/93 1158

2.5 RESTITUIÇÃO DE VALORES DEVIDOS AO CONTRIBUINTE 1159

2.6 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO 1161

2.7 REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIS 1163

2.8 SIMPLES NACIONAL 1165

2.9 DIREITO ADUANEIRO 1168

3 IMPOSTO DE RENDA **1173**

3.1 INCIDE IRPF SOBRE ABONO DE PERMANÊNCIA, MAS SOMENTE A PARTIR DO RESP 1.192.556/PE 1173

3.2 PORTADOR DE CEGUEIRA MONOCULAR E ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA 1175

3.3 ISENÇÃO DE IR SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES 1176

3.4 UNIÃO PODE CONCEDER INCENTIVOS DE IR E IPI MESMO QUE DIMINUA REPASSES AO FPM 1179

4 IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) **1180**

4.1 NOÇÕES GERAIS 1180

4.2 INCIDE IPI EM IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES POR PESSOA NATURAL 1181

4.3 REVENDA DE PRODUTO PELO IMPORTADOR E NOVA INCIDÊNCIA DE IPI 1182

4.4 CREDITAMENTO DE IPI EM AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA TRIBUTADA E SAÍDA DESONERADA 1184

4.5 BASE DE CÁLCULO DO IPI NAS VENDAS A PRAZO 1185

4.6 BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL NO REGIME DO LUCRO PRESUMIDO E CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI 1187

5 OUTROS IMPOSTOS FEDERAIS 1188
5.1 IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO 1188
5.2 IOF 1188
6 ICMS 1190
6.1 NOÇÕES GERAIS 1190
6.2 SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA "PARA A FRENTE" E RESTITUIÇÃO DO ICMS PAGO A MAIS 1191
6.3 ICMS E SERVIÇOS DE TELEFONIA 1194
6.4 CÁLCULO DO ICMS POR DENTRO APLICA-SE TAMBÉM AOS CASOS DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA 1197
6.5 BASE DE CÁLCULO DE ICMS/ST NO CASO DE VENDA DE MEDICAMENTOS DE USO RESTRITO A HOSPITAIS 1199
6.6 ÓBICE AO APROVEITAMENTO DE CRÉDITO DE ICMS DECORRENTE DE OPERAÇÃO DE EXPORTAÇÃO 1201
6.7 DESONERAÇÕES DE ICMS DECORRENTES DAS EXPORTAÇÕES 1203
6.8 INCLUSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS 1208
7 IPVA 1209
8 ISSQN 1212
9 CONTRIBUIÇÕES 1217
9.1 COFINS 1217
9.2 PIS/PASEP 1220
9.3 PIS E COFINS 1221
9.4 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS 1230
9.5 ANUIDADES DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS 1232
10 DIREITO FINANCEIRO 1238
10.1 PRINCÍPIO DA INTRANSCENDÊNCIA DAS SANÇÕES 1238
10.2 ENQUADRAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL DO MPDFT NO ART. 20 DA LRF 1240
10.3 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL FIXADOS EM LEI ESTADUAL 1242
10.4 DEPÓSITOS JUDICIAIS 1243
10.5 EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 1245

DIREITO PREVIDENCIÁRIO 1247

1 APOSENTADORIA POR INVALIDEZ 1247
1.1 ADICIONAL DE GRANDE INVALIDEZ 1247
1.2 CONCESSÃO PELA VIA JUDICIAL SEM QUE SEGURADO TENHA FEITO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO 1249
1.3 RMI DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA 1252

2 APOSENTADORIA RURAL POR IDADE 1255

2.1 REQUISITOS PARA APOSENTADORIA RURAL POR IDADE PREVISTA NO ART. 143 DA LEI 8.213/91 1255

2.2 PROVA TESTEMUNHAL PODE PROVAR TEMPO DE SERVIÇO RURAL ANTERIOR AO DOCUMENTO MAIS ANTIGO 1258

2.3 EXTINÇÃO POR FALTA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL E POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DE NOVA DEMANDA 1260

3 DESAPOSENTAÇÃO 1261

4 PENSÃO POR MORTE 1266

4.1 TERMO INICIAL 1266

4.2 MENOR SOB GUARDA É DEPENDENTE PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS 1269

5 AMPARO ASSISTENTENCIAL E CRIANÇAS COM MICROCEFALIA DECORRENTE DE TRANSMISSÃO PELO *AEDES AEGYPTI* 1273

6 PREVIDÊNCIA PRIVADA 1274

6.1 SÚMULA 340 DO STJ E SUA APLICAÇÃO NA PREVIDÊNCIA PRIVADA 1274

6.2 VERBAS RECEBIDAS POR SENTENÇA TRABALHISTA E REFLEXO NA APOSENTADORIA COMPLEMENTAR JÁ CONCEDIDA 1275

6.3 RECEBIMENTO INDEVIDO DE VALORES E DEVOLUÇÃO 1277

6.4 CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL PARA SERVENTUÁRIOS, NOTÁRIOS E REGISTRADORES 1281

DIREITO INTERNACIONAL 1283

1 COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL 1283

2 EXTRADIÇÃO 1288

3 HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA 1294

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO 1299

1 TEMAS DIVERSOS 1299

1.1 CONSTITUCIONALIDADE DA JORNADA DE TRABALHO DO BOMBEIRO CIVIL 1299

1.2 TAXA PROGRESSIVA DE JUROS DO FGTS E TRABALHADOR AVULSO 1299

1.3 EMPREGADOS QUE LABORAM NO CULTIVO DA CANA PARA EMPRESA LIGADA AO SETOR SUCROALCOOLEIRO 1302

1.4 AÇÃO PROPOSTA CONTRA A ADMINISTRAÇÃO POR SERVIDOR QUE INGRESSOU COMO CELETISTA ANTES DA CF E CUJO VÍNCULO FOI TRANSFORMADO POR LEI EM ESTATUTÁRIO 1304

1.5 PRINCIPAIS NOVIDADES LEGISLATIVAS 1304

BIBLIOGRAFIA 1307